

Administração pública, governo e terceiro setor

**A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO TURISMO**

RESUMO

O artigo busca analisar, na história do Brasil, elementos de dominação masculina e a construção do senso de objetificação da figura feminina desde a colonização, primeiramente de mulheres índias e negras escravizadas, e depois das mulheres brancas e sua relação com a submissão feminina ao poder do homem. Mais recentemente, a partir da criação da EMBRATUR em 1966, são mostradas as campanhas publicitárias do governo, em que o grande atrativo turístico são os corpos das mulheres brasileiras, colocados de maneira sensual e erótica. Todos esses elementos são relacionados e interpretados às discriminações existentes e aos efeitos do que hoje conhecemos como exploração sexual da mulher brasileira no âmbito do turismo no Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa, apresentando uma análise bibliográfica e exploratória sobre as questões históricas e das políticas públicas como impulsionadoras da exploração sexual no turismo.

Palavras-chave: Colonização; Dominação masculina; Exploração sexual.

ABSTRACT

The article seeks to analyze, in the history of Brazil, elements of male domination and the construction of the sense of objectification of the female figure since colonization, firstly of enslaved Indian and black women, and then of white women and their relationship with female submission to power of the man. More recently, since the creation of EMBRATUR in 1966, government advertising campaigns are shown, in which the great tourist attraction is the bodies of Brazilian women, placed in a sensual and erotic way. All of these elements are related and interpreted to the existing discriminations and to the effects of what we now know as sexual exploitation of Brazilian women in the context of tourism in Brazil. The research is of a qualitative nature, presenting a bibliographic and exploratory analysis on historical issues and public policies as drivers of sexual exploitation in tourism.

Keywords: Colonization; Male domination; Sexual exploitation.

1 Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar a problemática da exploração sexual no turismo brasileiro. Esta pesquisa propõe realizar uma investigação da formação da sociedade deste país, desde os períodos pré-colonial e colonial, bem como discutir a discriminação de gênero como um fator que impulsiona as desigualdades sociais, a violência contra a mulher, e também sua entrada em atividades de exploração sexual nas estruturas do turismo.

Nas últimas décadas, a questão da exploração sexual no turismo vem ganhando espaço nas discussões entre os setores competentes, pois envolve múltiplos fatores (sociais, econômicos, éticos, políticos e de gênero) (ASSUNÇÃO; BABINSKI, 2010). A partir disso, este estudo propõe uma análise bibliográfica exploratória, abordando a questão histórica do país e suas implicações na atividade turística.

No Brasil, durante muitos séculos, as mulheres foram tratadas com desigualdade. Desde a época da colonização, as índias e as negras já eram exploradas sexualmente pelos senhores de engenho. As mulheres portuguesas não tinham nenhuma participação na sociedade. A vida se encerrava na maternidade, nas questões domésticas e na obediência incondicional aos seus pais e depois aos maridos.

O turismo é, antes de ser entendido como atividade econômica, um fenômeno social, e assim pode ser analisado dentro das suas complexidades, onde as interações entre visitantes e visitados produzem desdobramentos que vão muito além das suas trocas comerciais. A exploração sexual no turismo é um debate polêmico, visto que acontece de maneira silenciosa. É difícil de ser conceituado. Está à margem da atividade turística, mas usufrui da sua infraestrutura e de seus equipamentos.

A exploração sexual de mulheres no turismo está relacionada à discriminação de gênero. Muitas mulheres por sofrerem discriminação e violência dentro de suas famílias, não encontram no Estado o amparo socioeconômico de que necessitam, sucumbem à prostituição, ou às relações afetivas com turistas.

O Brasil tem uma imagem que foi alicerçada na ideia de paraíso, festa, carnaval, mulheres sensuais e possibilidade de sexo fácil. Essas associações são evidenciadas para além de suas fronteiras, encontrando no senso comum, o estrangeiro que generaliza a figura da mulher brasileira, tomando-a por atração turística, depreciando-a e reforçando o estigma de destino sexual.

Foi adotada para este estudo a metodologia de levantamento bibliográfico, a partir das análises de livros, artigos, pesquisas acadêmicas e dissertações, o que trouxe abrangência de informações, correlacionando dados históricos e atuais para posterior interpretação e compreensão dentro de uma abordagem qualitativa. Para o levantamento destes dados, foi aplicada a análise exploratória, permitindo o aprofundamento, tratamento e visão ampla do problema (GIL, 2008).

A partir da década de 1960, foi criado o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), que tinha a função de exaltar e difundir os atrativos do país, atraindo demanda de todo o mundo (KAJIHARA, 2010). Todavia, as campanhas publicitárias do governo colocavam, além de suas belezas naturais e arquitetônicas, mulheres de biquíni e frequentemente desacompanhadas, como seu principal atrativo.

Em 1996, o governo consciente dos danos causados pelas campanhas negativas ao longo de décadas, dá um novo rumo às propagandas de divulgação, priorizando o seu patrimônio natural, histórico e cultural, além de campanhas ao combate da exploração de crianças e adolescentes no turismo e o tráfico de pessoas.

Contudo, os ganhos são mínimos, tendo em vista que mudar uma imagem de destino sexual pressupõe também uma mudança de mentalidade sociocultural na estrutura da sociedade, a partir de ações e políticas públicas coordenadas entre todos os atores envolvidos.

Dentro do exposto, é possível que a percepção inicial dos primeiros viajantes que aqui chegaram, ou seja, a sociedade colonial estruturada na dominação masculina sobre o gênero feminino e as principais propagandas de marketing turístico tenham influenciado a imagem do país como destino sexual?

2 Metodologia

Esta pesquisa foi realizada a partir de um estudo que usufruiu da metodologia qualitativa do tipo exploratória e bibliográfica. De acordo com Angelo (2012), a pesquisa qualitativa contribui de forma a compreender e interpretar os dados de forma indutiva, sendo o pesquisador responsável pelo andamento e abordagens da investigação. Portanto, para a realização desse estudo e o alcance dos objetivos do mesmo, foi adotada a pesquisa bibliográfica, pois permite uma maior abrangência no levantamento de dados históricos e sua posterior interpretação, bem como economia de tempo e compreensão ampla (DENCKER, 1998).

Os dados bibliográficos foram analisados a partir de uma perspectiva qualitativa, pois esta considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito, que não pode ser traduzida em números, sendo esta descritiva, ou seja, tem por objetivo descrever determinado fenômeno, envolvendo técnicas de coleta de dados padronizadas conforme conclui Angelo (2012).

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias e bibliográficas pretendem a descoberta e aprimoramento das ideias e conceituação do tema, a partir de dados existentes e já publicados. Para delinear a investigação desse estudo, foram utilizados os seguintes materiais bibliográficos: livros, pesquisas acadêmicas, dissertações e artigos.

3 Resultados e Discussão

A exploração sexual no gênero feminino no turismo é entendida como uma forma de submissão da parte explorada e, busca-se nas origens da nossa colonização, na sociedade patriarcal, nas políticas governamentais e nas ações de marketing e promoção à atividade turística, o entendimento para a construção do estereótipo de paraíso tropical, futebol, carnaval e belas mulheres “sexualmente disponíveis” (COSTA, 2008). Sobre essa questão, Cavalcante (2011, p. 42) expõe que “após breves observações sobre a carta de Caminha, fica claro que, desde seu o descobrimento, o Brasil é percebido pelos estrangeiros como um paraíso perdido e exuberante, tanto em relação à sua natureza quanto nos costumes e beleza natural de seus habitantes”. Estas primeiras percepções transmitidas sobre a nova terra, de mulheres nuas e desinibidas, podem ter despertado o interesse em explorá-la em suas riquezas naturais, bem como explorar sexualmente os habitantes. Freyre (2006, p. 26) também corrobora com esse pensamento: “Atraídos pela possibilidade de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou por vontade própria, muitos europeus”.

Para Osterne (2007, p. 131), a discriminação contra a mulher é algo que vem de um passado distante “é longa a história de exclusão da mulher, com base em sua diferença biológica, pressupondo que a diferença, além de fato natural, possa servir

de justificativa ontológica para um tratamento desigual no terreno político e social”. Muitas vezes essa discriminação começa em casa e, embora presente em todas as camadas sociais, as mulheres mais pobres são as que mais sofrem. Essa discriminação é praticada por parte de seus pais, maridos e até irmãos, onde são inferiorizadas e abusadas, com isso buscam nas “ruas” melhores condições de vida, porém o que acontece, muitas vezes, é que essas mulheres ficam à margem da sociedade e de políticas públicas, abrindo espaço para outros atentados à dignidade humana.

Costa (2008) observa, no estado do Ceará, essa relação entre prostituição e violência contra a mulher, na prática da exploração sexual no turismo e no tráfico de pessoas.

Trata-se de fenômenos distintos, com características peculiares, mas que, no cotidiano da sociedade, convivem nos mesmos espaços físicos, vitimam, via de regra, um grupo parecido de seres humanos, envolvem agentes públicos e atores da vida social, como taxistas, aliciadores, agências de turismo e de casamentos etc. (COSTA, 2008, p. 141).

A sociedade brasileira, nasce de maneira geral, sob opressões e deformações colonizadoras e, por mais que se imitasse um modelo europeu de civilização, não havia ali credibilidade, como reforça Ribeiro (1995):

Ser normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si, nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de cargas e as mulheres como fêmeas animais. As diferenças entre os dois modelos, não sendo degradações, nem enfermidades, não podiam jamais ser reestruturadas ou curadas. De fato, era o Brasil que se construía a si mesmo como correspondente à sua base ecológica, o projeto colonial, a monocultura e o escravismo do que resulta uma sociedade totalmente nova (RIBEIRO, 1995, p. 177).

De acordo com Freyre (2006), desde os tempos da colonização, a submissão da mulher ao poder masculino, sua objetificação, exploração de sua força de trabalho e sexualidade, é observada nesse cenário desfavorável, em uma espécie de sadismo do branco e masoquismo da índia ou da negra, que predominou tanto nas relações sexuais como nas sociais com o homem europeu.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai e do marido (FREYRE, 2006, p. 86).

Holanda (1995) faz uma analogia entre a terra e a mulher, onde a terra era vista para arruinar, não para proteger ciosamente. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios, só para a desfrutarem e a deixarem

destruída. E era dessa maneira que as mulheres eram vistas. Ribeiro (1995), também reforça essa ideia entre a mulher e a terra, tal qual na produção açucareira, foram exploradas à exaustão, sem preocupações ou cuidado à sua integridade. Freyre (2006), também repete em sua obra a compreensão de propriedade que terra e mulher na exploração e produção de riquezas, na qual sobre elas exerciam total autoridade num cálculo político e econômico:

À escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, empenhando mulheres e fazendo filhos, numa atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quando de política, de calculada, de estimada por evidentes razões econômicas e políticas por parte do Estado (FREYRE, 2006, p. 47).

No Brasil colônia, a exploração sexual das mulheres se deu não apenas em atitudes individuais, mas de maneira geral estava entranhada na própria colonização, que precisava aumentar sua mão de obra. Diante desses contatos sexuais, violentos ou não, geraram uma prole ilegítima, devido a um comportamento desregrado, gerando paternidade irresponsável. Esta geração de filhos ilegítimos é a matriz do povo brasileiro, que surge a partir de negações: o não ser português, o não ser africano (e sim escravo), o não ser filhos dessa terra. Ribeiro (1995), classifica esta geração de “ninguendade”, (“ninguendade” que se traduz em negações, do não ser africano, não ser português e nem filho dessa terra), que forma a matriz do povo brasileiro, forjado sob múltiplas violências, dentre elas, a violência de gênero, é que força a criação de uma identidade nova: a brasileira.

3.1 Brasil, a colonização no paraíso.

Desde os primeiros relatos dos portugueses em terras brasileiras, constatados a partir da carta de Caminha (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019) percebe-se a concepção do paraíso, do exótico e da exaltação da beleza da mulher indígena, que em muitos momentos transcende à mera descrição física, com detalhes específicos da sexualidade de seus corpos, comparando-os aos deles, que quiçá seriam os deles tão belos por terem a alimentação tão natural. A alusão ao paraíso, comparando a inocência dos índios a Adão e Eva, por andarem nus e não se envergonharem como podemos perceber nesse trecho da carta de Caminha datada de 22 de abril de 1500:

Eles não lavram, nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos [...] Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior – com respeito ao pudor.

E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura, e certa era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019).

De acordo com Freyre (2006), diante dos pressupostos dos colonizadores portugueses, percebe-se a naturalidade de se relacionar e a apreciação de outros povos e seu estilo de vida, a miscigenação, já se configurando um povo com mistura de raças, dualidade de culturas, com ídoles e virtudes tão diversas, indefinido entre Europa e África, mesmo antes da colonização nos trópicos.

Com a possibilidade de ascensão econômica, homens portugueses, a maior parte deles desafortunados, chegaram aqui para trabalhar na agricultura. Cavalcante (2011) complementa:

Pode-se concluir que os primeiros homens portugueses a virem habitar o Brasil não eram pessoas finas ou cultas, pelo contrário, pessoas que não tinham posses, que não se destacavam na sociedade portuguesa, que viam no Brasil, uma oportunidade de crescimento, pois Portugal oferecia terras a quem quisesse vir morar nos trópicos. [...] Eram atraídos por uma vida em liberdade, no meio de mulheres nuas. E aqui se estabeleciam de bom grado (CAVALCANTE, 2011, p. 28).

Cavalcante (2011), em sua obra, expõe que após a tentativa de escravizar os índios, iniciou-se o tráfico de negros para trabalho escravo na agricultura e na casa grande. Neste momento, além da exploração de sua força de trabalho, as negras eram exploradas sexualmente pelos seus senhores e outros membros do engenho - o que já havia acontecido com as índias - e também iniciavam seus filhos.

Segundo Cavalcante (2011), os portugueses tinham um comportamento sexual depravado, que se justificava na suposta lascividade dos negros, em especial da mulher negra. Essas relações se davam num ambiente de violência e promiscuidade:

[...] os senhores impunham à escravaria uma verdadeira depravação, pois se tratava, a mais das vezes, de uma sexualidade pervertida e sadomasoquista. A consciência culpada do lusitano moralista se descarregava na atribuição da culpa suposta lubricidade da raça negra, as 'torpezas' da mulher escrava. Dessa forma, as relações eram carregadas de violência e promiscuidade, e as negras tinham que servir a vários filhos da casa-grande e a outros membros do engenho, nesse quadro, espalhavam-se as doenças venéreas (CAVALCANTE, 2011, p. 26).

Já a mulher portuguesa não podia ter contato com nenhum homem antes do casamento, não saíam de casa desacompanhadas. Não participavam da vida em sociedade. Trabalho, somente o doméstico. A família era machista e patriarcal e a mulher era educada para ser submissa ao seu pai e depois ao marido. Era tratada como um bem material, tendo casamentos arranjados (CAVALCANTE, 2011).

Para Costa (2008), ainda hoje há tamanha discriminação de gênero no Brasil, resultando em uma jornada histórica de exclusão da figura feminina. Uma construção firmemente enraizada na cultura, na família e na formação da sociedade brasileira.

Muitas mulheres incorporam o pensamento machista, se acostumando e se submetendo ao poder masculino, muitas vezes de maneira inconsciente e discriminatória. Uma concepção de expropriação de si mesma. Costa (2008) esclarece:

A violência contra a mulher faz parte do cotidiano das grandes cidades e metrópoles de todo o mundo, e, infelizmente, tal problemática tem

sido vista de uma forma muito natural, como se as agressões contra a mulher fossem algo usual, inerente à natureza humana e sem resolução. Como consequência dessa naturalização da opressão feminina, a violência contra a mulher continua sendo praticada e admitida, sendo suas vítimas alvos de notável discriminação e preconceito (COSTA, 2008, p. 82).

A autora Costa (2008) expõe que o processo de discriminação está presente em todos os ambientes que as mulheres circulam, em casa, no trabalho, no acesso à saúde, educação etc. Embora presente em todas as camadas sociais, as mulheres mais pobres são suas maiores vítimas, estando estas muito mais vulneráveis à discriminação. A falta da presença estatal com políticas públicas de inclusão, só reforça essa vulnerabilidade, deixando-as à margem da sociedade. A exemplo disso, Costa (2008), observa no estado do Ceará, a relação entre prostituição e violência contra a mulher e sua exploração sexual no turismo.

3.2 Um pouco sobre o turismo no Brasil

O Brasil é um país continental que tem vocação para o turismo. Com praias paradisíacas, serras, rios, cachoeiras, a biodiversidade dos Pampas, do Cerrado, da Mata Atlântica, da Amazônia, além de seu patrimônio histórico, cultural e a etnicidade de seu povo com suas crenças, o que contribui para infinitas possibilidades para a experiência turística.

A globalização proporcionou aos países em todo mundo o estreitamento de suas relações econômicas e diplomáticas e a diminuição das distâncias. Como consequência disso, trouxe grande incremento à atividade turística, tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento (LOPES; ANDRADE; COSTA, 2015).

Após a Segunda Guerra Mundial, direito às férias, o aumento da renda, a disseminação do transporte aéreo, a produção de novos destinos turísticos com a preocupação da sustentabilidade ambiental e a busca pelo exótico, possibilitou um impulso definitivo para o turismo, em âmbito nacional e, principalmente, internacional, como firma Bem (2005):

[...] aumento do poder aquisitivo nos países industrializados a partir da década de 1950; desenvolvimento tecnológico, com a produção de aeronaves cada vez mais aptas a realizar percursos mais longos e em menor tempo; aumento relativo do período de férias, o que significou maior disponibilidade para a realização de viagens cada vez mais acessíveis a um público amplo, em vista do aumento da produtividade e da concorrência no setor; centros de férias tradicionais cada vez mais sujeitos à medidas restritivas para conter a destruição ecológica, influenciando, conseqüentemente, o surgimento de novos roteiros turísticos; relação preço-desempenho mais oportuna na maior parte dos países do 'terceiro mundo', o que compensa os custos mais altos com o transporte e permanência; [...] aumento da demanda por países, culturas e paisagens distantes, estimulada pelo imaginário colonialista, que contribui para construir socialmente a imagem de tais lugares (paisagens e pessoas) como exóticos e 'consumíveis', viagens como símbolo de status (BEM, 2005, p. 20-21).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2019), o turismo internacional vem se desenvolvendo e se fortalecendo nos últimos anos. É hoje um dos motores

mais poderosos de crescimento e desenvolvimento econômico em nível global. Em seu último levantamento, o setor registrou, em 2018, o segundo melhor resultado dos últimos 10 anos, atingindo a marca de 1,4 bilhão de chegadas internacionais no mundo todo, ou seja, um aumento de 6% sobre 2017. Esses dados positivos se devem ao ambiente econômico mundial favorável, recuperação de destinos que outrora estiveram em crise, facilitação de vistos e aumento da demanda dos principais países emissores. Todavia, a América do Sul abarca apenas 3,2% desse crescimento, onde a expectativa é de que em 2030, as chegadas internacionais cheguem a 1,8 bilhão.

3.3 O turismo e a exploração sexual

Com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais a partir do século XVIII, a região Nordeste perdeu sua supremacia econômica do início da colonização. Mais tarde, no final do século XIX e início do XX, a cafeicultura e o processo de industrialização, a partir da década de 1930, consolidou a região Sudeste como polo principal da economia brasileira, apresentando elevadas taxas de crescimento e desenvolvimento, conforme (BEM, 2005) destaca:

[...] a região Nordeste perdeu e não conseguiu mais recuperar a hegemonia econômica e política características dos séculos XVI e XVIII. A partir desse momento histórico, consolidou-se na economia nacional uma “dinâmica da desigualdade”, explicitada pela compartimentação de suas regiões em “zonas ativas” e “zonas passivas” e produtoras de um “efeito de dominação” das primeiras sobre as segundas.

[...] Em busca de alternativas para a região, cresceu cada vez mais entre os governos nordestinos, a partir do final da década de 1970, uma mentalidade voltada para o desenvolvimento do turismo. [...] esse processo levou à urbanização turística de algumas das capitais nordestinas, passando a apresentar o espaço de cidades como Salvador, Natal, Sergipe e Fortaleza, principalmente, como espaços do lazer e do consumo, introduzindo-as também, de modo cada vez mais crescente, no rol de cidades conhecidas como destinação turística nacional e internacional (BEM, 2005, p. 22 e 26).

As políticas públicas para fomento do turismo não prezavam pelo planejamento e não contavam com profissionais competentes, gerando grandes desigualdades. Visavam apenas fins econômicos e colocavam a população nativa em muitos casos em condições de vulnerabilidade.

De acordo com Bem (2005), esse desenvolvimento descuidado conferiu ao turismo um caráter meramente lucrativo, avaliado apenas a partir de indicadores econômicos:

A modernização turística (ou instrumental) que vem se construindo no Brasil nas últimas décadas, tem sido calcada nesse modelo histórico de modernização. Esse modelo – mesmo quando se ufana ser “sustentável” - é predatório do meio ambiente e tem gerado grande exclusão social da população “nativa” - esta também privada de cidadania e sofrendo discriminações de várias naturezas, até mesmo “racistas”. Vários complexos turísticos são construídos no Nordeste, fora da infraestrutura urbana, não trazendo nenhum benefício à população local. Os modos de ocupação territorial e de atribuição de novas funções ao espaço no processo de *turistificação* expulsam o morador, que se vê forçado a migrar para outras áreas. [...] e sem

encontrar uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, acabam forçadas a “vender” seus corpos para a crescente demanda (BEM, 2005, p. 33).

Já para a autora Piscitelli (1990), a exploração sexual de pessoas no turismo brasileiro ocorre quando homens, estrangeiros ou não, sozinhos ou acompanhados, viajam com a intenção prioritária de se relacionarem com mulheres nativas, mediante pagamento em dinheiro ou presentes, sendo este considerado o turismo sexual, representando a dinâmica das relações sexuais e amorosas, podendo ou não, estar relacionado à prostituição:

[...] o turismo sexual parece ser definido no campo legal-jurídico brasileiro de forma diferente, como algo muito mais específico: a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra a pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres. É mister salientar que a simples contratação dos serviços de uma prostituta maior de idade não configura, por si só, um crime e, portanto, não deve ser entendida como turismo sexual nesta acepção do fenômeno. No plano do senso comum, porém, o turismo sexual é sinônimo de comportamento normativo dos turistas estrangeiros que frequentam as metrópoles costeiras brasileiras. De acordo com esta noção, turista sexual é aquele estrangeiro que busca parceiras nas praias do Brasil, seja qual for a qualificação legal e/ou social de tal busca (PISCITELLI, 1990).

Bem (2005) corrobora com a ideia de que a exploração sexual de pessoas no turismo brasileiro relaciona-se ao histórico colonial, ao preconceito racial e à discriminação de gênero. Ainda hoje está presente nos países desenvolvidos, a percepção do Brasil como “colônia”. Assim, as pessoas que se submetem, ou são submetidas a esse tipo exploração são em sua maioria, mulheres pobres e negras, inseridas ou não, no mercado do sexo:

[...] o turismo sexual é um fenômeno produzido por uma série de engrenagens subterrâneas disseminadas nas sociedades e emissoras e receptoras de turistas, que, para se configurar, precisam operar simultaneamente, produzindo efeitos e desarranjos em ambos os contextos. Embora não possa o turismo da “melhor idade” etc., que são atividades planejadas - o turismo sexual está submetido às mesmas pulsações do mercado e carece de uma infraestrutura em ambos os contextos, de vias de acesso, de meios de transporte, de mediação de agentes e recursos humanos. Não sendo produto de um planejamento, mas pelo contrário, surgindo mesmo em virtude da ausência deste [...] (BEM, 2005, p. 99).

Costa (2008) também conceitua em sua obra que os deslocamentos em busca de sexo só existem porque há a oferta, já que é uma relação dupla que se estabelece em uma estrutura organizada de prestação de serviços:

Sexo-turismo, portanto, consiste na organização de pacotes de viagem, dentro ou fora do setor de turismo, utilizando todo seu aparelhamento e tendo como principal intento a promoção de relações sexuais entre os turistas e as pessoas residentes no país visitado.

Essa modalidade de turismo pode ser caracterizada por uma série de ligações existentes entre a prestação de serviços sexuais e a indústria do entretenimento (COSTA, 2008, p.66).

Para Piscitelli (2007), os múltiplos entendimentos acerca do conceito da exploração sexual no turismo não estão claramente delimitados nas produções acadêmicas entre os estudiosos do tema. Pode-se entender que diante dessa problemática conceitual, sua definição não está reduzida à prostituição e que não envolve apenas homens heterossexuais dos países do Norte procurando consumir sexo em países do Sul.

A autora Costa (2008), enfatiza que, com a globalização e crescente movimentação turística em todo o mundo, a diminuição dos custos das viagens aproximam países e pessoas. Diante disso, a exploração sexual no turismo ganha características novas e diversas, a depender da região em que é exercido. No estado do Ceará algumas mulheres não se identificam como prostitutas e sim como “pretendentes” e que “namoram” com os turistas, não havendo prestação pecuniária, mas presentes e viagens. Piscitelli (2007), também reforça em sua obra, que essas mulheres não se definem como prostitutas, e sim como namoradas ocasionais. Muitas possuem empregos fixos, com baixos salários, como dançarinas, garçonetes ou camareiras, e nessas funções há maior probabilidade de contato com turistas. Em decorrência da mobilidade e comportamentos diferentes com que o turismo de finalidade sexual acontece, fica ainda mais difícil conceituá-lo de forma efetiva e perene, além de prejudicar seu combate.

O turista que busca esse contato sexual pode ser estrangeiro, como também brasileiro oriundo de outras regiões do país.

Esse comportamento, apesar de danoso, seja para a imagem do país enquanto destino turístico, seja para as mulheres envolvidas, não é entendido como crime pelas leis brasileiras, bem como não o é a prostituição em si, nem o envolvimento sexual mediante a outros favorecimentos. Sendo assim, não há nenhum mecanismo nas leis brasileiras para proteção das mulheres nessa prática.

De acordo com Costa (2008), a exploração sexual no Brasil é uma atividade degradante que faz parte do cotidiano e é aceita como algo usual, porém representa grande violação dos direitos humanos. O problema se acentua quando essa atividade é associada ao turismo, pois é silenciosa e de difícil fiscalização. As crianças e adolescentes são as maiores vítimas, por estarem em desenvolvimento. De acordo com Zouain e Oliveira (2008, p. 7), “pobreza e exclusão social são fatores que favorecem a exploração sexual infanto-juvenil que deve ser compreendida como fator de fragilização da vítima, pois nasce da assimetria de poderes (econômico, político, físico) entre a vítima e o agressor”. Além disso, algumas mulheres adultas, por se encontrarem em situação de miserabilidade, se tornam também mais vulneráveis à exploração sexual.

3.4 As campanhas publicitárias e a divulgação da imagem do Brasil no exterior

O Brasil tem uma imagem que o identifica como país do carnaval, do futebol e de belas mulheres, como Cavalcante (2011) explica em sua obra:

A imagem de um paraíso dos trópicos ficou registrada na mente dos estrangeiros. Com o passar dos tempos, foram acrescentadas à ela, imagens de pessoas que se destacaram no esporte, melhor dizendo, futebol, confirmando mais ainda a superioridade dos dotes físicos dos brasileiros. Além do futebol, o Brasil se fez perceber, também, por

meio de seu carnaval, no qual encontram mulheres seminuas dançando de forma sensual e atrativa. E assim ficou conhecido o Brasil por décadas: o país do futebol, das mulheres sensuais e do carnaval (CAVALCANTE, 2011, p. 45).

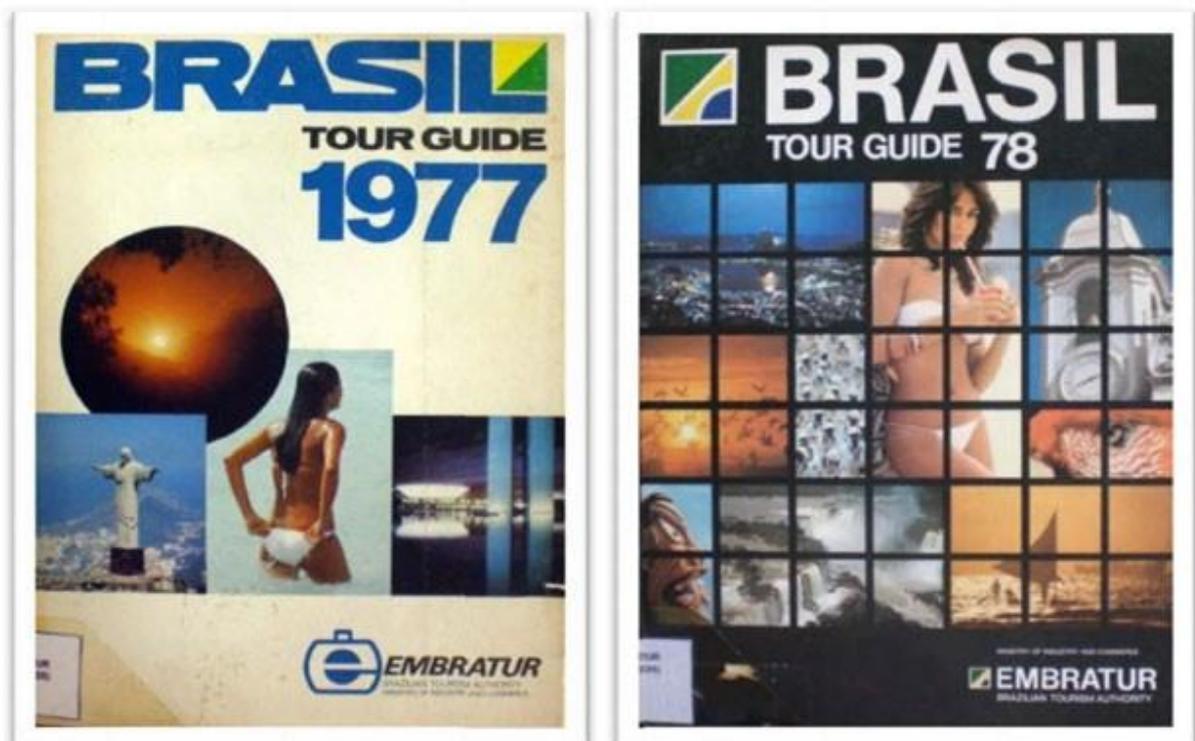
Para Cavalcante (2011), a construção e a difusão dessa imagem reúnem diversos elementos como a cultura com novelas, músicas, literatura, economia, estratégias de propaganda e publicidade. Estes símbolos formam no imaginário das pessoas, estereótipos que não condizem com a realidade.

Em 18 de dezembro de 1966, a partir do Decreto-Lei nº 55, foi criado o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), que tinha por função difundir, exaltar as riquezas do país e atrair turistas do mundo todo. Desde o início de sua atuação, a EMBRATUR, como explica Cavalcante (2011), optou por usar em suas campanhas e propagandas, imagens de praias com mulheres bronzeadas de biquíni, em destinos como o Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador. Até mesmo em congressos internacionais de turismo, mostravam-se cartazes com caipirinha, mulatas e carnaval.

A EMBRATUR foi responsável por divulgar a imagem do Brasil no exterior entre 1966 e 1996. Retratando as belezas do Rio de Janeiro e o Nordeste com suas praias paradisíacas. As imagens usadas são um importante meio para vendas, de forma que a decisão da compra se dará a partir do consumo prévio destas. Para Cavalcante (2011), estas imagens são representativas do país no exterior: carnaval, mulher e futebol. Estas imagens consolidam a identidade do país, tanto para o nativo como para o turista.

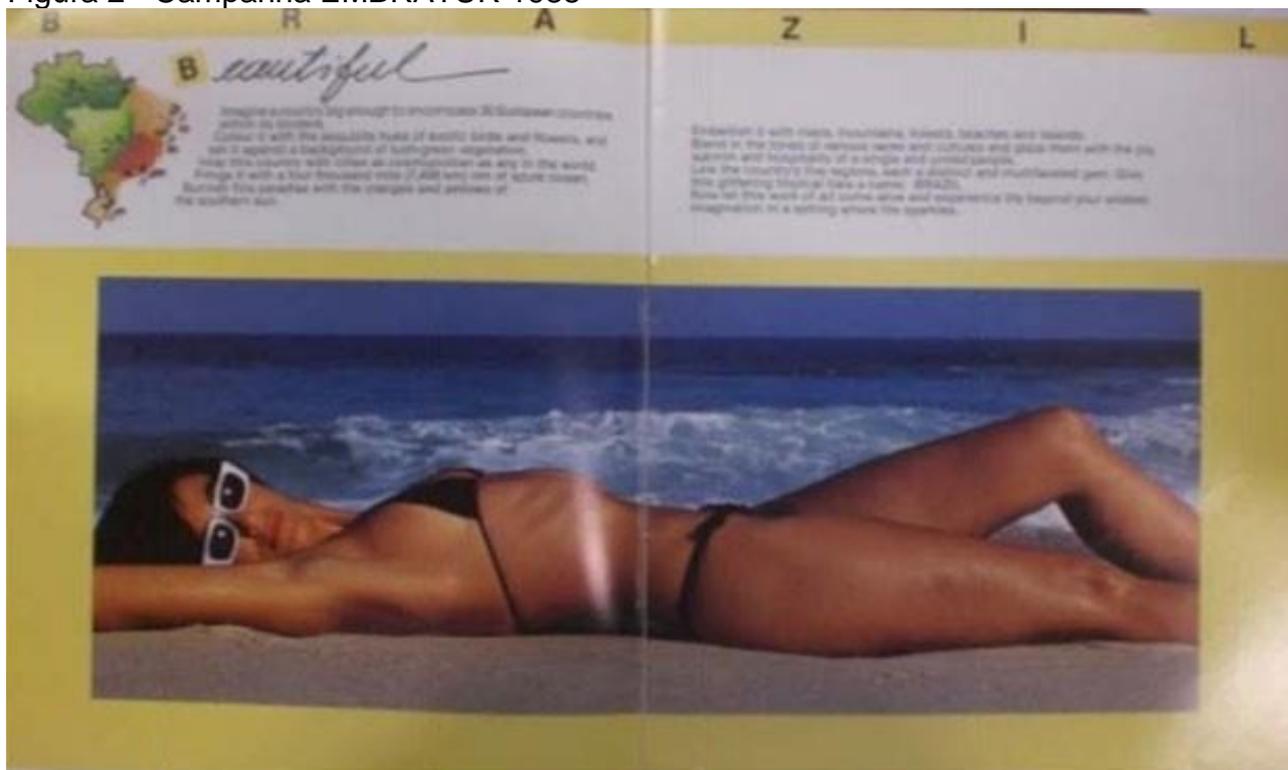
Como exemplo das campanhas realizadas pela EMBRATUR na década de 70 e década de 80 do século XX, tem-se, respectivamente, as Figuras 1 e 2, nas quais a imagem da mulher aparece em perspectiva, com forte apelo sexual e desacompanhada, fazendo alusão à uma suposta disponibilidade:

Figura 1 - Campanha EMBRATUR 1977 e 1978



Fonte: EMBRATUR apud KAJIHARA (2010)

Figura 2 - Campanha EMBRATUR 1988



Fonte: EMBRATUR apud KAJIHARA (2010)

Na década de 1970, o país viveu um período de grande repressão e perseguição pela ditadura militar. Neste momento percebe-se uma constante no discurso da EMBRATUR sobre o povo brasileiro ser alegre e hospitaleiro, caracterizando-o como diferente de outros povos, além da difusão do excesso de imagens femininas em trajes mínimos, sendo estas tão evidentes e frequentemente postas em primeiro plano.

Esse material de divulgação era exposto em feiras e eventos internacionais, onde se reforçava a imagem do país como um lugar de festa, carnaval, belezas naturais e o seu principal produto para atrair o turista estrangeiro: a mulher. Cavalcante (2011) relata:

Percebe-se assim, que as imagens de mulheres em trajes minúsculos de carnaval ou em biquíni foram exploradas por toda a década de 70 pelo órgão (EMBRATUR) responsável pelo turismo no exterior, ressaltando, de forma inescrupulosa o físico e a sensualidade da mulher brasileira, evocando, dessa forma, um sentido sexual ao turismo brasileiro e uma depreciação do valor das mulheres brasileiras, tidas e vistas como um produto em oferta, conseqüentemente, um produto a ser comercializado (CAVALCANTE, 2011, p. 58).

Essa realidade, para Piscitelli (1996), se confirma na construção de uma imagem criada ao longo de muitos anos, com a contribuição das políticas públicas adotadas por órgãos públicos responsáveis pelo turismo, que, nas décadas de 80 e 90, vendiam o país recheado de mulatas, sensualidade, biquínis e praias paradisíacas.

Bem (2005) explica que, a partir da década de 1990, a EMBRATUR passou praticar uma nova conduta em suas campanhas. Após longo período, especialmente a década de 1970 como governo militar, as imagens de hedonismo de carnaval, futebol e mulheres de biquíni foram abandonadas dando lugar à divulgação de outros segmentos turísticos como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo religioso e o patrimônio histórico e cultural do país. Era clara a mudança de mentalidade da EMBRATUR em combater a exploração sexual no turismo. O órgão lançou em 1997 a campanha: “Exploração do Turismo Sexual Infante Juvenil: Cuidado. O Brasil está de olho”.

Um pouco mais tarde, em 2003, foi criado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Ministério do Turismo, ficando a EMBRATUR vinculada a ele. Em 2005 é lançado o Plano Aquarela que prevê um desenvolvimento sustentável do turismo com metas até 2020 e a mudança de imagem do país (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Apesar dos esforços do Governo Federal, a mudança de mentalidade é gradativa, e pouco se percebe na prática de avanços, tendo em vista as imagens equivocadas reforçadas pela própria EMBRATUR por várias décadas projetando o Brasil como país do carnaval, da liberdade sexual e inculcando no imaginário estrangeiro a figura da mulher brasileira como “fácil e disponível”.

Cavalcante (2011) explica que essa dificuldade de mudança na imagem do país também se relaciona aos interesses de empresas privadas que atuam no setor de turismo. Essas empresas, em alguma medida, “facilitam” essa exploração sexual visando lucros e reforçando a cultura machista existente na sociedade brasileira.

A persistência no estigma de destino sexual também se apoia nas políticas públicas para o turismo, que fomentam uma gestão descentralizada e regionalizada da atividade - prevista na Política Nacional de Turismo. O Programa de Regionalização do Turismo (2008) não prevê ações coordenadas entre estados e municípios com medidas que impeçam o ingresso de mulheres, crianças e adolescentes à cadeia produtiva da exploração sexual no turismo.

Alguns mecanismos governamentais podem ser aliados no combate da exploração sexual no turismo. O Ministério do Turismo desenvolveu um produto; que é uma placa de orientação que deve ser disponibilizada em locais turísticos de fácil leitura com a seguinte frase: “EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES: DENUNCIE JÁ”. O referido produto está definido na Lei no. 11.577 (BRASIL, 2007).

Ainda estão disponíveis centrais telefônicas de denúncia que funcionam 24 horas por dia:

- Disque 100: denúncias contra exploração sexual de crianças, adolescentes, idosos, mulheres. As denúncias são anônimas e serão encaminhadas aos Conselhos Tutelares e Polícias Civil e Militar do respectivo município.

- Disque 181, da Secretaria de Segurança Pública - da Polícia Civil;

- Disque 180, Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos;

Outra forma de denúncia contra violência e exploração sexual podem ser realizadas nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dos municípios.

4 Conclusão

O presente estudo procurou mostrar, a partir do entendimento da colonização desse país e na formação da sociedade, as principais causas que deram origem às desigualdades de gênero por meio da dominação masculina, corroborando para o que conhecemos hoje como exploração sexual e sua conseqüente intersecção no turismo.

Os primeiros viajantes portugueses ao chegarem aqui já demonstraram em seu comportamento uma sujeição da figura feminina, nesta ocasião as índias, onde lhes eram oferecidos objetos sem valor em troca de contato sexual, onde estas por sua ingenuidade, entregavam-se a estes homens brancos, pois os entendiam como deuses. Estes por sua vez, usando dessa inocente submissão, as dominavam fisicamente, explorando sua força de trabalho e sexualmente para satisfação de seus desejos. A chegada desses colonizadores portugueses deu início à discriminação contra a mulher.

Desde as primeiras percepções foram registradas na carta de Caminha a admiração pela beleza dos corpos das mulheres nativas. Interpretações liberais que estes colonizadores deram aos habitantes autóctones brasileiros também contribuíram para construir a imagem de paraíso e terra dos prazeres lascivos.

Desde o período pré-colonial, a mulher já era tratada como propriedade do homem, seja qual fosse sua origem. Depois das índias, as negras escravizadas também eram utilizadas para a exploração sexual pelos seus senhores e outros trabalhadores do engenho. À mulher branca europeia era vetada qualquer participação na sociedade, ficando seu papel na sociedade restrito à procriação e à clausura imposta por seu pai ou marido. A vida sexual era agitada e sem regras para os homens. Estrangeiros se admiravam quando aqui estavam, pois meninos em tão tenra idade eram iniciados sexualmente por escravas, sendo tal absurdo motivo de orgulho para seus pais.

Todos esses elementos de dominação masculina na figura do homem branco europeu, que explorou e submeteu a mulher, são identificados na trajetória histórica que formou a sociedade brasileira e foram esteio para a sociedade machista, misógina e desigual nas questões de gênero que se formou e perdura até os dias de hoje.

As campanhas publicitárias desenvolvidas desde 1966 pela EMBRATUR, também se apoiaram em bases misóginas e discriminatórias dessa sociedade. Essas propagandas governamentais tinham por estratégia de marketing divulgar os destinos brasileiros no exterior. Essas campanhas só fizeram transcender esse pensamento de desigualdade para além de suas fronteiras. As imagens veiculadas, por muito tempo associaram o carnaval e a praia a um corpo de mulher em trajes de banho de maneira sensual como seu principal atrativo, construindo no imaginário estrangeiro o estereótipo de paraíso tropical e mulheres disponíveis.

A partir de 1996, observou-se mudanças nessas estratégias de marketing, a EMBRATUR, passou a explorar as belezas naturais, patrimônio histórico e os elementos da cultura brasileira, tirando o foco das mulheres sensuais, como também implementou políticas públicas de combate à exploração sexual no turismo. Mesmo assim, os ganhos foram tímidos, pois para muito além dos mecanismos de propaganda, estão as questões culturais e comportamentais que demandam um consenso social muito mais complexo.

A incoseqüência dessas políticas públicas não foi fruto da ingenuidade governamental, pelo contrário, apenas reforçou a visão subserviente da mulher na sociedade. Assim como no período colonial, a mulher também foi usada neste período como moeda de troca para obtenção de lucro, configurando uma nova relação de “colonialismo” com exploradores do norte e explorados do sul.

Diante de todas essas questões, é importante que se aprofunde essa discussão, no sentido de mudança de imagem negativa do país no exterior com relação a sexualidade, questões sociais e econômicas que motivam e favorecem a entrada das mulheres nessa exploração. O trabalho conjunto e integrado entre poderes público e privado: prefeitura, universidades, escolas, rede hoteleira, comércio e operadoras de turismo, ainda que de forma gradativa, são essenciais para o alcance dessa mudança.

É necessário o desenvolvimento de campanhas educativas, no sentido de educar os brasileiros a entender e valorizar sua cultura e patrimônios como verdadeiros atrativos; que a exploração sexual no turismo é algo degradante e deve ser veementemente combatida. É preciso desconstruir a imagem do país como terra do carnaval e de mulheres sensuais, outrora tão valorizada e tida como motivo de orgulho para os próprios brasileiros.

Referências

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

ASSUNÇÃO, Lorraine Wenzel; BABINSKI, Luciana Raquel. Turismo sexual no Brasil: causas e efeitos ao turismo brasileiro. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SeminTUR, **Anais...** Caxias do Sul, 2010.

BEM, Arim Soares do. **A dialética do turismo sexual**. São Paulo: Papyrus, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/search/node/CARTA%20PERO%20VAZ%20DE%20CAMINHA>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 11.577, de 22 de novembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11577.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Últimas Notícias**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/12306-crescimento-do-turismo-mundial-pode-chegar-a-4-em-2019.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAVALCANTE, Adriana Costa. **As Iracemas e os príncipes do além-mar**: políticas públicas e a exploração do turismo sexual no Ceará. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza, 2011.

COSTA, Andréia da Silva. **O tráfico de mulheres**: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual no Estado do Ceará. 2008. 331 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Fortaleza, 2008.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 5ª. ed. São Paulo: Global, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAJIHARA, Kelly Akemi. A Imagem do Brasil no Exterior: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 5, n. 3, p. 1-30, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3525>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; ANDRADE, Denise Almeida de; COSTA, Andréia da Silva. **A exploração de mulheres e crianças no turismo sexual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Aquarela do Brasil**. Marketing Turístico Internacional. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/sites/lai/galerias/download/Plano_Aquarela_2003_a_2006.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUece, 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero e Racialização no contexto de Relações Transnacionais** – Comentários a partir de uma leitura das relações presentes no Turismo Sexual em Fortaleza-Ceará, Brasil. Desafio-UFBA. 1990. Disponível em: http://www.desafio.ufba.br/gt6_lista.html. Acesso em 17 out. 2019.

PISCITELLI, Adriana. **Sexo tropical em um país europeu**: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. Estudos Feministas, Florianópolis, 2007, p. 717-744.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 6/7, p. 9-33, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1859>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZOUAIN, Deborah Moraes; OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de. A responsabilidade social das empresas ligadas ao turismo em relação ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3578/1705>. Acesso em: 11 ago. 2020.